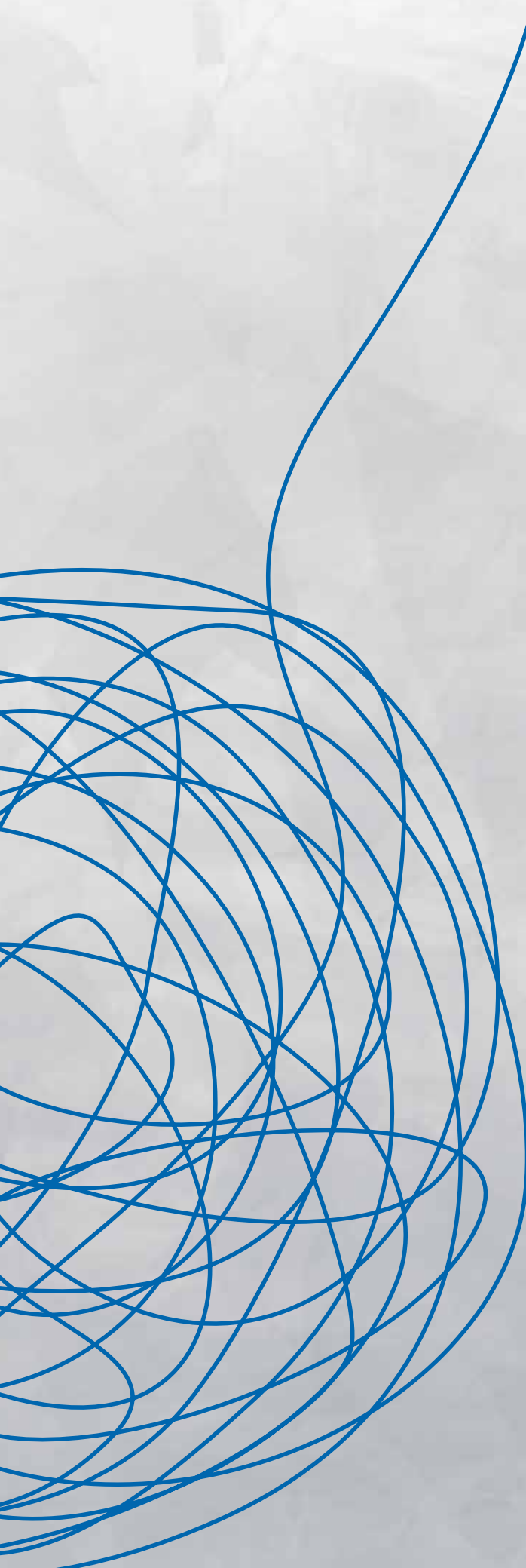


Alívio temporário

Desenrola 2.0 chega para apoiar consumidores a sair da inadimplência, mas alto comprometimento de renda com dívidas requer remédios adicionais

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

“Estamos tentando encontrar uma fórmula de tirar a corda do pescoço dessa gente para ela voltar a respirar, voltar a sonhar, ter o nome limpo.” A declaração do presidente Lula no lançamento do programa de renegociação de dívidas Novo Desenrola Brasil, em 4 de maio, não poderia ser mais popular. Em março, a corda da inadimplência sufocava 82,8 milhões de brasileiros, conforme contabilizado pela Serasa Experian entre negativados por dívidas atrasadas com bancos, contas de serviços e outros boletos básicos como de água e luz. O cálculo de inadimplentes da Serasa sobe há 15 meses, elevando continuamente a máxima histórica da série iniciada em 2016.



O grupo a quem o alívio oferecido pelo Desenrola Famílias pode chegar, entretanto, é menor. Soma 27,7 milhões de pessoas, conforme estimativas da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) com base no público-alvo do programa: consumidores com renda de até cinco salários mínimos e dívidas no cartão de crédito, cheque especial e crédito direto ao consumidor, com atraso entre 90 dias e 2 anos.

Em volume, estima-se que as dívidas elegíveis somem certa de R\$ 100 bilhões, parte delas concentrada em um perfil não trivial. Além de estar no espectro do eleitorado de Lula, abarca consumidores que não contam com um colchão para amortecer choques financeiros e tomam crédito sem garantia, portanto, mais caro. Katherine Hennings, pesquisadora associada do FGV IBRE, ilustra esse quadro citando o cenário para brasileiros com renda até dois salários mínimos – que, de acordo ao IBGE, representam 70% da população ocupada. “Quando se olha para o total do crédito concedido para pessoa física no sistema financeiro, em fevereiro esse grupo representava 25,4% do total; mas essa participação sobe para quase 34% quando se trata das dívidas no rotativo do cartão de crédito”, compara Hennings, a partir de levantamento com dados do Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central. No rotativo – cuja taxa de juro anual supera os 400% ao ano –, a inadimplência desse grupo já chega a 67%.

No levantamento da Serasa, as dívidas inadimplidas com bancos, cartão de crédito e financeiras são menos da metade do total, somando 47,5%. Camila Abdelmalack, economista da Serasa, destacou no episódio do podcast *Economia em 15* divulgado em abril ([link: https://youtu.be/DNcG1ZNcj8g](https://youtu.be/DNcG1ZNcj8g)) que, somando aos demais atrasos no pagamento de contas de serviços e *utilities*, cada CPF negativado carrega em média quatro dívidas atrasadas – cujo valor médio somado era de R\$ 6,72 mil em março. Para ter o nome limpo, cada negativado terá que negociar com todas as empresas credoras.

A expectativa do governo federal é que das negociações da parte do programa destinada às famílias saiam novos contratos com descontos de até 90%, juros reduzidos (teto de 1,99% ao mês) e prazos aumentados (para até 48 meses). Para isso, colocou à disposição recursos do Fundo de Garantia de Operações (FGO), que devem cobrir até R\$ 7 bilhões das dívidas renegociadas, e permitiu o uso de parte do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). “É importante que cada inadimplente

avaliar de fato as propostas que serão apresentadas, pois a renegociação implica uma nova dívida, por mais tempo”, alerta Hennings. Ela indica que, a depender do prazo restante de um contrato inadimplido, entre outras condições, vale mais a pena buscar frentes alternativas de negociação com o credor.

Levando em conta que a primeira edição do Desenrola aconteceu há apenas 3 anos, e que outros programas de renegociação de dívidas são promovidos periodicamente, Flávio Ataliba, coordenador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, reforça a mensagem dos pesquisadores do FGV IBRE no *Economia em 15*, de que a iniciativa do governo pode aliviar o

curto prazo, mas não será definitiva para tratar um problema estrutural. Ataliba cita dados do Indicador de Reincidência de Pessoas Físicas do SPC Brasil e CNDL que mostram que, em março de 2026, mais de 85% das novas negativações vieram de consumidores que já haviam estado inadimplentes antes, com intervalo médio de apenas 74 dias entre uma dívida negativada e a seguinte. “A Serasa, por sua vez, aponta que 42% dos inadimplentes em 2026 já estavam nessa condição há 10 anos. São aproximadamente 34 milhões de pessoas presas em um ciclo que a renegociação, sozinha, não tem conseguido romper”, ilustra, defendendo que uma resposta duradoura passa pela combi-

nação de diversas frentes, que vão de uma condição macroeconômica estável que permita a redução dos juros básicos a iniciativas de educação financeira e medidas regulatórias que mitiguem riscos de origem comportamental, estimulados pela facilidade e agilidade de uma economia cada vez mais digital.

Além de não serem uma bala de prata, Ataliba ainda destaca que programas de renegociação muito frequentes podem gerar efeitos colaterais negativos. Em artigo



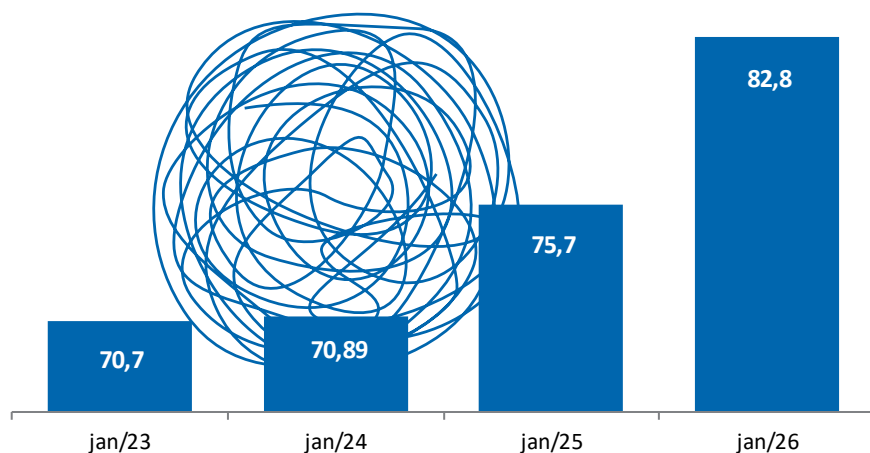
Novo Desenrola Brasil - famílias*

Público-alvo	Inadimplentes com renda até cinco salários mínimos (R\$ 8.105).
Perfil das dívidas	Foco em cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal não consignado contratados até 31/1/2026 e atrasados entre 90 dias e dois anos. Limite de R\$ 15 mil por pessoa, por instituição financeira.
Condições	Renegociação prevê descontos de até 90% e saldo renegociado com taxa de juros até 1,99% ao mês, com prazo de pagamento em até 48 meses, e até 35 dias para pagamento da primeira parcela.
FGTS	Uso de até 20% do saldo ou R\$ 1 mil - o que for maior.
Garantia	FGO, para o novo crédito.
Canal	Renegociação direta nos bancos.
Contrapartidas - PF	Bloqueio do CPF para apostas <i>online</i> por 12 meses.
Contrapartida - bancos	Investir 1% das garantias do programa em educação financeira.
Prazo de adesão	90 dias.

Fonte: Governo federal. *O programa ainda conta com o Desenrola Fies, Desenrola Empresas e o Desenrola Rural.

Negativados no Brasil

(dados da Serasa, inclui outras dívidas que não junto ao sistema financeiro)



Fonte: Mapa da Inadimplência - Serasa Experian.

com os pesquisadores João Mario França e Pedro Avelino publicado no Blog do IBRE (<https://go.fgv.br/7en675Xk7Vx>), ele alerta para o chamado *moral hazard*, ou seja, “a percepção de que atrasar dívidas pode se tornar racional diante da expectativa de futuros programas com grandes descontos”. De acordo aos pesquisadores do FGV IBRE, “isso gera ainda uma sensação de injustiça entre os consumidores que mantiveram seus pagamentos em dia. Ou seja, famílias que fizeram esforço para honrar compromissos financeiros acabam percebendo que os maiores benefícios são direcionados aos inadimplentes”. Hennings destaca que esse mesmo risco se repete em outro braço do novo programa – do qual também fazem parte o Desenrola Fies, o Desenrola Empresas e o Desenrola Rural. “No caso da parte do programa para renegociação de financiamento estudantil, trata-se de uma facilidade em cima

de um crédito já subsidiado. Não é um sinal recomendável”, afirma.

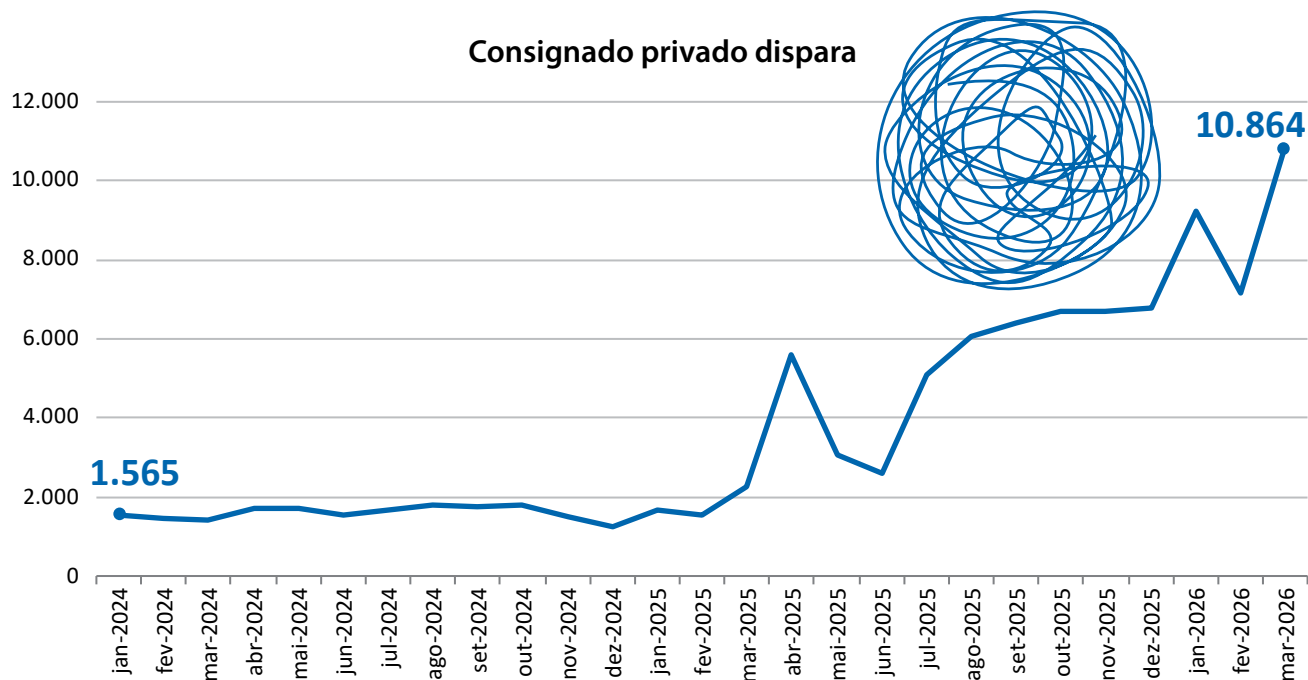
Alto comprometimento de renda

Uma das variáveis mais sensíveis observadas pelos analistas na evolução do mercado de crédito à pessoa física é o comprometimento de renda, ou seja, a parcela de renda mensal amarrada com o pagamento de dívidas. Em fevereiro, esse percentual chegou a 29,7%, de acordo ao Banco Central, que contabiliza apenas os compromissos tomados junto ao sistema financeiro. “Na Serasa Experian, temos um estudo que aponta que, incluindo despesas do dia a dia, em média os brasileiros hoje têm 70,5% de sua renda comprometida”, descreve Abdelmalack. Situação que distancia o brasileiro do que se entende por bem-estar financeiro, definido no G20 como “o estado em que os indivíduos conse-

Ainda que para uma parte da população o hábito de usar os limites concedidos pelos bancos e operadoras de cartão de crédito seja uma forma de gerir a escassez, fazê-lo com frequência pode induzir o tomador à arriscada prática de interpretar o limite de crédito como um orçamento extra

quem gerenciar suas necessidades e obrigações financeiras de forma tranquila; lidar com choques negativos; buscar aspirações e metas e aproveitar oportunidades”. Esses, de acordo com o G20, são elementos que conduziriam a população a se sentir satisfeita e confiante em relação à sua vida financeira, “levando em consideração as circunstâncias específicas do país”.

Ainda que para uma parte da população o hábito de usar os limites concedidos pelos bancos e operadoras de cartão de crédito seja uma forma de gerir a escassez – como



Fonte: BCB, Estatísticas Monetárias e de Crédito.

ilustra o geógrafo Kauê Santos no livro *Parcelado* (ver pág. 64) –, fazê-lo com frequência pode induzir o tomador à arriscada prática de interpretar o limite de crédito como um orçamento extra, ignorando a bola de neve que essa prática pode gerar em caso de instabilidade de renda ou alguma despesa extraordinária que o impeça de honrar seu compromisso mensal, especialmente nas linhas mais caras.

Essa tendência tem estado no radar do BC, como mostra o *Relatório de cidadania financeira 2025*, divulgado em abril. O documento mostra, por exemplo, a expressiva expansão de modalidades de crédito sem garantia nos últimos anos. No caso do número de clientes com dívidas no cartão (ou seja, uso do rotativo ou parcelado), o aumento foi de 55% entre 2020-2024, totali-

zando cerca de 53 milhões de pessoas em 2024. No mesmo período, os financiamentos com garantia de alienação fiduciária (imobiliário e automotivo), por exemplo, tiveram crescimento de apenas 3%.

O relatório também ilustra que é a população mais vulnerável que acaba capturada pelas alternativas de crédito mais caras, em especial beneficiários de programas sociais, mulheres negras, e mesmo a população mais jovem, cujo comprometimento com dívidas a perder de vista tende a tornar a entrada na vida adulta mais difícil.

Fator comportamental

Desde a matéria “Crédito, modo de usar”, de 2023 (([link: https://go.fgv.br/QleQAqJAOPj](https://go.fgv.br/QleQAqJAOPj))), a *Conjuntura Econômica* tem explici-

Tendência de aumento comprometimento de renda com crédito consignado (inclui privado, trabalhadores setor público e beneficiários INSS): % da renda comprometida - variação entre 2º semestre de 2020 e 2º semestre de 2024

	Δ 24/20
Entre 20% e 30%	1%
Entre 30% e 40%	64%
Mais de 40%	170%

Fonte: *Relatório de cidadania financeira* do BC 2025.

tado o desafio brasileiro de conciliar o rápido avanço de uma bem-sucedida agenda capitaneada pelo Banco Central para ampliar a competição e a inclusão no mercado de crédito – do Cadastro Positivo à chegada das *fintechs* e do *open finance* – com o da cidadania financeira, como são chamados os direitos e deveres do

usuário que o permitem gerenciar seus recursos de forma adequada, do qual fazem parte tanto a educação financeira quanto o aspecto regulatório.

No campo da educação financeira, Hennings considera que o governo deveria aproveitar a divulgação do Novo Desenrola para promover campanhas de esclarecimento sobre a importância de os devedores organizarem suas contas e viabilizarem seus projetos de vida. “O programa pede como contrapartida dos bancos o uso de até 1% do FGO que receberem para promover iniciativas de educação financeira, mas a legislação do BC já os obriga a isso”, lembra a pesquisadora.

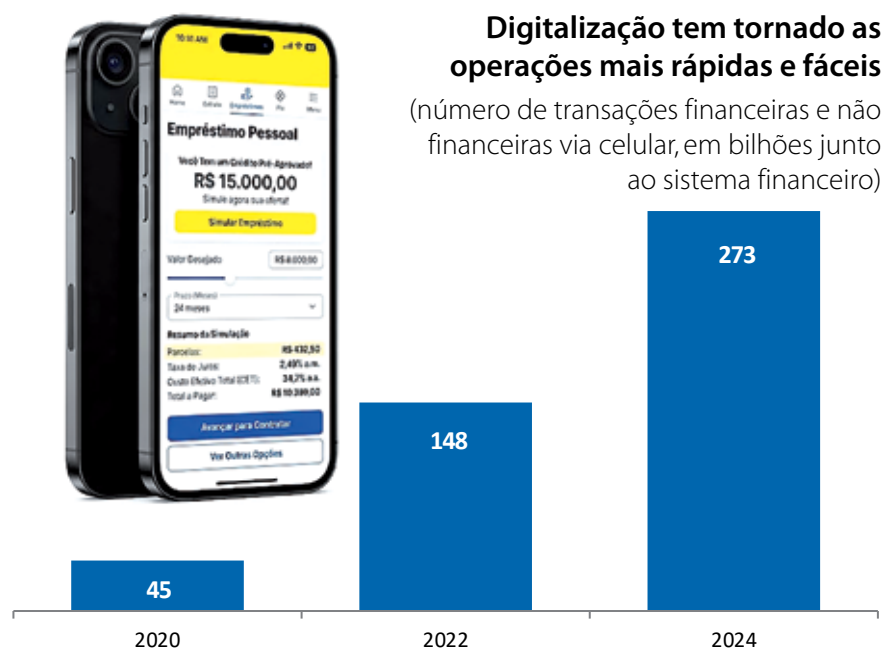
E se o letramento é essencial para armar o tomador de crédito de conhecimentos como calcular juros compostos – essencial para entender o custo de cada alterna-

tiva de crédito –, Ataliba defende que a regulação, por sua vez, é chave para alcançar onde a educação financeira não chega: a vieses comportamentais que se acentuam diante da digitalização, que torna as transações financeiras mais fáceis e rápidas. “Quanto mais abstrato e invisível o ato de gastar, menor a resistência psicológica ao consumo”, diz. Efeito que se potencializa no aparelho celular, que reúne consumo, crédito e lazer em um só espaço, a poucos cliques de distância.

De acordo ao BC, o montante de transações financeiras realizadas por meio do telefone celular sextuplicou entre 2020 e 2024. Nesse mesmo período, o número de usuários de operações de créditos com juros foi o que mais aumentou: 42%, ou 28 milhões a mais, enquanto o crescimento de clientes com créditos ativos foi de 37%.

A inclusão do bloqueio a apostas em *bets* como condição aos inadimplentes que renegociarem suas dívidas pelo Novo Desenrola é positiva quanto à sensibilização dos aspectos comportamentais que envolvem o crédito

No *Economia em 15*, Rafael Schiozer, pesquisador do Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão da FGV, ilustrou a importância de que a frente regulatória acompanhe essa evolução citando o exemplo da alta adesão de inscritos no Cadastro Único ao Pix, e a oferta de parcelamento dessas transações feita por bancos. “Observamos que esse público não tem percebido que o Pix parcelado é uma operação de crédito com juros, pois não fica muito claro na interface do aplicativo na hora de fazer a operação”, contou. “Nossa recomendação é de que haja uma regulação pedindo mais transparência, questionando no processo se o tomador está cien-



Fonte: Relatório de cidadania financeira do BC 2025 - Estatísticas de Meios de Pagamento.

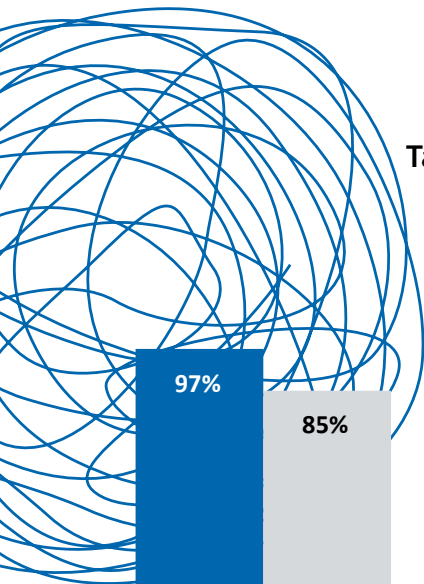
Em 2025, as empresas de apostas esportivas e jogos online registraram receita bruta de R\$ 37 bilhões. A facilidade de dispor em um mesmo celular do canal de apostas e do financiamento para fazê-lo é algo que torna o consumidor mais vulnerável

te de que se trata de uma tomada de crédito. Obviamente isso torna o pagamento um pouco mais custoso, pois um clique a mais tende a fazer as pessoas usarem menos o produto, mas do ponto de vista de transparência seria muito bom.”

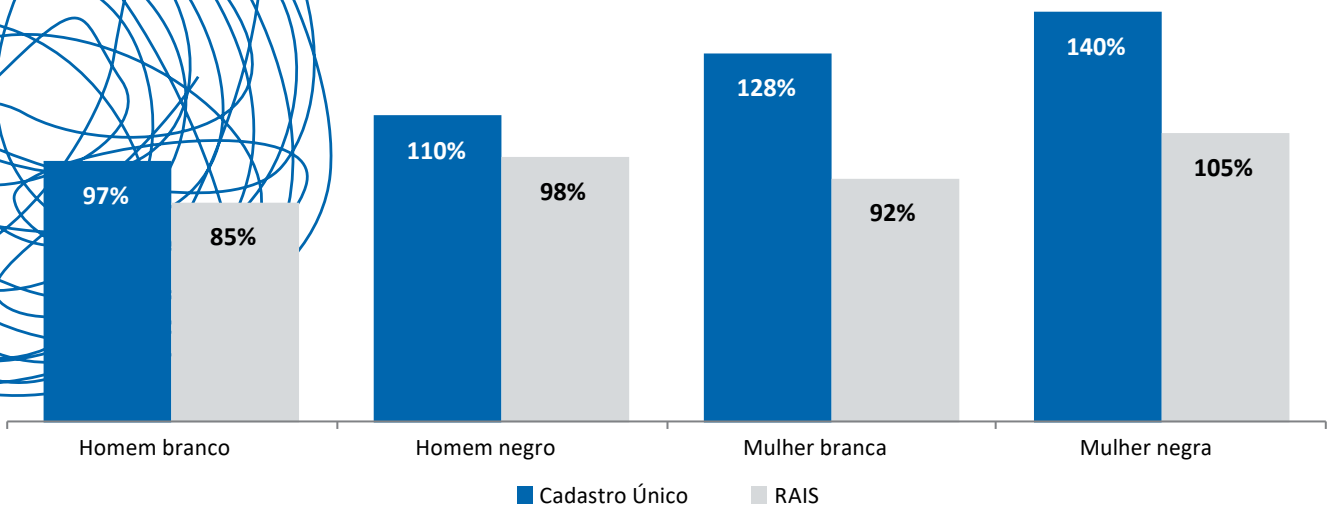
Ataliba, França e Avelino avaliam que a inclusão do bloqueio a apostas em *bets* como condição aos inadimplentes que renegociarem suas dívidas pelo Novo Desenrola é positiva quanto à sensibilização desses aspectos comportamentais que envolvem o crédito. Em 2025, as empresas de apostas esportivas e jogos *online* autorizadas a operar no Brasil registraram receita bruta de R\$ 37 bilhões em 2025, de acordo à Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda. Em 2024, o próprio BC havia acendido um sinal de alerta, ao identificar que cerca de 5 milhões de beneficiários do Bolsa Família haviam gastado R\$ 3 bilhões em *bets* em

um único mês. Desde outubro do ano passado, as empresas operadoras são obrigadas a identificar beneficiários de programas sociais entre seus usuários e encerrar as respectivas contas em até três dias.

Os pesquisadores consideram que “a iniciativa representa, talvez pela primeira vez de forma explícita em uma política pública de crédito, o reconhecimento da dimensão comportamental do endividamento. O problema financeiro das famílias deixou de ser tratado apenas como questão de renda, juros ou acesso ao crédito, passando também a incorporar elementos ligados ao comportamento de consumo, impulsividade e tomada de decisão”, afirmam em artigo. Tanto eles quanto Hennings ponderam, entretanto, que a eficácia da iniciativa é questionável, pelas limitações de controle. “A restrição às *bets* é um avanço conceitual relevante no desenho de políticas públicas de crédito. Mas, isolada e



Taxa de juros média ponderada pelo saldo do crédito contratado em 2024



Fonte: Relatório de cidadania financeira do BC 2025.

dependente de uma infraestrutura de monitoramento ainda não consolidada, tende a produzir efeito mais simbólico do que estrutural”, concluem Ataliba, França e Avelino.

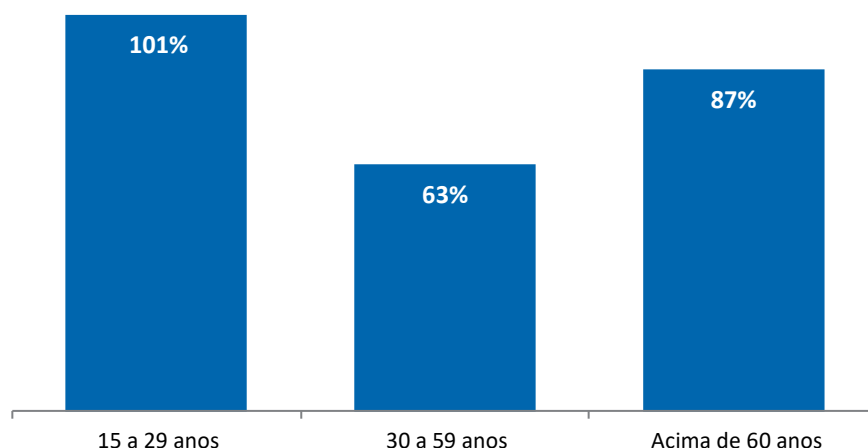
Bonança relativa

Recentes publicações dos pesquisadores do FGV IBRE têm abordado aspectos macroeconômicos importantes para lapidar o atual contexto do endividamento. Um deles trata do destacado bom momento do mercado de trabalho, com taxas de ocupação recorde e ganhos reais de renda, que não justificariam uma tendência de aumento da inadimplência.

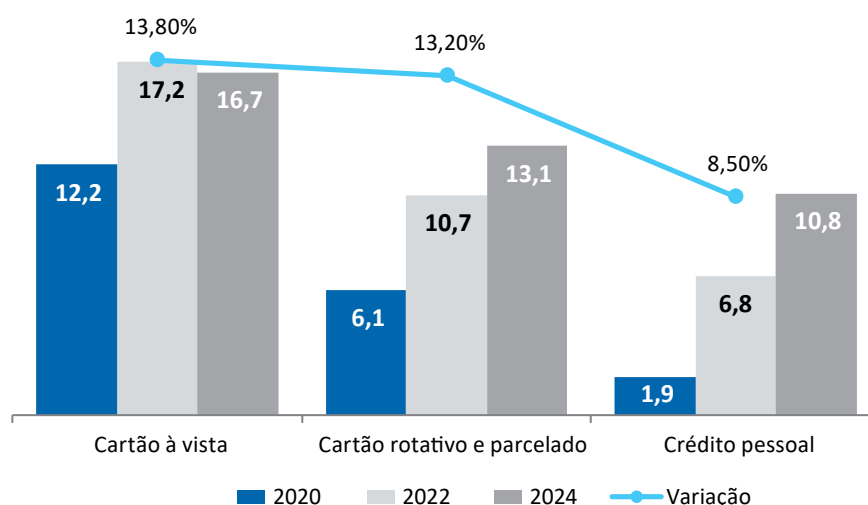
Há alguns meses, Fernando Holanda Barbosa Filho, Paulo Peruchetti e Janaína Feijó têm levantado uma série de evidências que jogam novas luzes a essa análise. Na Carta do IBRE de outubro de 2025 ([link: https://go.fgv.br/FezVFEOOnR6Y](https://go.fgv.br/FezVFEOOnR6Y)), eles demonstraram que mudanças observadas no perfil da população ocupada, que hoje está mais educada e com maior idade média, impactam as estatísticas, tornando o desempenho das taxas de ocupação e renda significativamente menores.

Na Carta do IBRE de abril ([link: https://go.fgv.br/FezVFEOOnR6Y](https://go.fgv.br/FezVFEOOnR6Y)), por sua vez, eles estudaram a qualidade da ocupação gerada nos últimos anos e os efeitos da inflação de alimentos no bem-estar financeiro da população. Os pesquisadores identificaram que, apesar de uma taxa de desemprego baixa, os em-

Aumento do número de pessoas com acesso a crédito entre 2016 e 2024, por faixa etária



Número de jovens tomadores de crédito - por modalidade (milhões)



Fontes: SCR - Relatório de cidadania financeira BC 2025.



pregos que têm sido gerados são predominantemente de baixa remuneração, alguns com rendimento médio inclusive inferior aos da média da população ocupada.

Já no caso da inflação, eles destacaram que o aumento registrado pela alimentação no domicílio ampliou o peso desse produto na cesta de consumo – em especial dos mais pobres, saltando de 18,9% para 22,2% do orçamento das famílias que ganham mensalmente entre 1 e 1,5 salário mínimo. Ao fazer um exercício para calcular a renda do trabalhador usando o IPCA da alimentação no domicílio, a alta registrada pelo IBGE de 1,4% ao ano desde 2019 se transformaria em uma queda anual de 1,6% ao ano no mesmo período. E se a esse resultado ain-

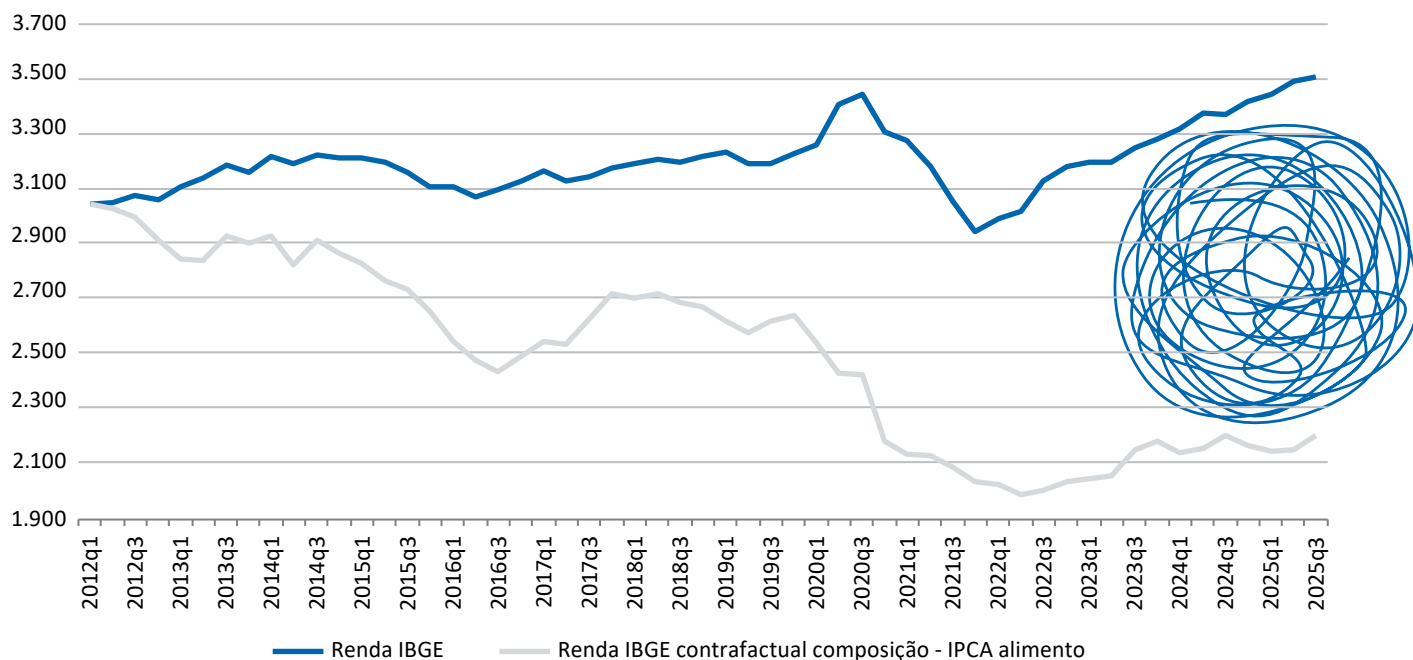
da se somasse o efeito da mudança estrutural, a queda da renda seria de 3% ao ano. Com esse estudo, os pesquisadores puderam ilustrar por que a esperada sensação de bem-estar que os números agregados sugerem não se refletem na confiança do consumidor monitorada nas Sondagens do FGV IBRE.

A taxa de juros é outro fator que joga contra o preço do crédito, penalizando seus tomadores. Neste caso, entretanto, Silvia Matos afirma que se trata uma questão de consequência, e não causa, resultado do conflito entre uma política monetária restritiva e uma política fiscal estimulativa – e que tem entre os seus ingredientes a ampla oferta de crédito.

Um dos exemplos recentes mais preocupantes é o aumento do con-

signado privado. Desde março do ano passado, quando essa modalidade foi reformulada – para facilitar a contratação para funcionários CLT, domésticos, rurais e MEIs, sendo rebatizada de Crédito do Trabalhador –, houve um salto nas contratações, movimentando R\$ 117 bilhões em empréstimos em 12 meses fechados em março deste ano. Apesar de ser uma dívida mais barata que outras sem garantia, o que se observou foi um aumento expressivo do estoque. Reportagem do *Valor* de 6 de maio repercutindo reunião de empresários com o vice-presidente Geraldo Alickmin é ilustrativa desse quadro, ao repercutir declaração do presidente do conselho da Associação Brasileira dos Atacadistas de Autoserviços (Abaas), Belmiro Gomes,

Evolução do rendimento oficial e do rendimento que controla pelas mudanças demográficas (deflacionado pelo IPCA e pelo IPCA de alimentação no domicílio) – em R\$ 2025



Fontes: Elaboração própria com dados da PNAD Contínua e do IPCA.

de que na rede varejista Assaí, um a cada quatro colaboradores teve o salário zerado no contracheque em abril devido a um aumento de dívidas desde o lançamento do novo modelo do consignado privado.

Nesse contexto, Matos alerta quanto aos efeitos do Desenrola: além de ampliar uma oferta de crédito menos sensível à taxa de juros, a coordenadora do Boletim Macro teme que, sem a campanha adequada, o alívio do nome limpo vire estímulo para uma nova rodada de endividamento. Hennings destaca que, em março, os indicadores de crédito do BC mostram que as operações de crédito às famílias continuam crescendo em ritmo superior ao das empresas – ainda que estas últimas demonstrem tendência de migração para outras fontes além do sistema bancário. “A avaliação é de que a política monetária continua restritiva, mas com sinais de que sua flexibilização pode ampliar os efeitos da implementação de linhas específicas para operações direcionadas e políticas públicas desenhadas para maximizar o apoio tanto a empresas quanto a famílias”, destaca, em relatório da BRCG, da qual é analista.

No Boletim Macro de março ([link: https://go.fgv.br/Wxd1rEHKH-gR](https://go.fgv.br/Wxd1rEHKH-gR)) Matos, Hennings, Livio Ribeiro, José Júlio Senna e Samuel Pessoa destacaram que ciclos econômicos que tiveram um período de expansão impulsionado pelo consumo via aumento expressivo do endividamento das famílias, na hora de

Selic alta = crédito caro

Evolução das taxas de juros médias para as principais modalidades de crédito para pessoas físicas (% ao ano, em dezembro de cada ano)

	2020	2022	2024	2025
CC rotativo	328,2	411,9	451,6	438,2
CC parcelado	148,9	181,4	171,1	188,1
Cheque especial	115,6	132,1	134,8	138,9
Empréstimo pessoal não consignado	73,3	81,9	103,4	116,6

Fonte: Banco Central.

desacelerar, tendem a viver essa fase de forma mais intensa. No texto, eles recordam que na recessão brasileira entre 2014 e 2016, que foi precedida de um período de forte aumento da concessão de crédito, foram os consumidores de baixa renda as que mais sofreram para reequilibrar seu orçamento. “Há estudos que mostram que, no período da recessão, essas famílias que estavam tomando modalidades mais caras tiveram que reduzir muito mais o consumo durante o período recessivo, pois tinham que pagar suas contas. E a gente tem que lembrar que os números de endividamento daquele período de 2014 são muito menores do que os que a gente tem hoje”, destaca Matos. “Nossa preocupação é que hoje se tente repetir um algum padrão que a gente já viu que não dá certo.” Ataliba, França e Avelino reforçam a mensagem em seu artigo no Blog do IBRE. “Expansões rápidas da razão dívida das famílias sobre o PIB tendem a prever desa-

celeração do crescimento econômico e aumento do desemprego no médio prazo”, escrevem. Em artigo a ser publicado no Blog do IBRE, eles citam evidências para os Estados Unidos pós-crise de 2008. “No caso brasileiro, esse problema tem uma dimensão adicional. O crédito às famílias é estruturalmente mais caro aqui do que em qualquer outra grande economia. O *spread* bancário no país está entre os mais altos do mundo, e isso significa que o endividamento das famílias brasileiras gera comprometimento de renda muito mais rapidamente do que em outras economias”, concluem. ■



Confira o episódio do *Economia em 15* sobre inadimplência

 <https://go.fgv.br/xj1cXWFteQm>

 <https://youtu.be/DNcG1ZNcj8g>